



Mayo 2017 - ISSN: 1988-7833

OS DESAFIOS DA ERA GEOECONÔMICA PARA AMÉRICA LATINA¹

Prof. Dr. Cristovão Henrique²

Universidade Federal de Mato Grosso do Sul

cristovamhenrique@yahoo.com.br

Para citar este artículo puede utilizar el siguiente formato:

Cristovão Henrique (2017): "Os desafios da era geoeconômica para América Latina", Revista Contribuciones a las Ciencias Sociales, (abril-junio 2017). En línea: <http://www.eumed.net/rev/cccss/2017/02/geoeconomia-latinoamerica.html>

RESUMO

A virada do século XXI apresenta uma gama de novos fatores para compreensão das estruturas produtivas globais. A geoeconomia auxilia a geopolítica no exercício de compreender as dimensões estratégicas dos Estados nações. Portanto, neste artigo traço uma análise do recente contexto geoeconômico das relações internacionais dos organismos multilaterais da América Latina correlacionando a recente reestruturação produtiva global salientando os pontos gerais de supervalorização e subsequente desvalorização das commodities nessas duas primeiras décadas do século.

Palavras chave: América Latina, Geoeconomia, Desafios, Geografia Econômica, Geopolítica

THE CHALLENGES OF THE GEOECONOMIC AGE FOR LATIN AMERICA

ABSTRACT

The turn of the 21st century presents a range of new factors for understanding global productive structures. Geoeconomics assists geopolitics in the exercise of understanding the strategic dimensions of nation states. Thus, in this article I analyze the recent geoeconomic context of the international relations of the multilateral organizations of Latin America, correlating the recent global

¹ Texto inspirado no relatório "Geo-economics Seven Challenges to Globalization" do Fórum Econômico Mundial realizado pelo Conselho da Agenda Global sobre Geoeconomia do fórum que traça os desafios que as atuais tendências geoeconômicas da globalização (WEF, 2015). Para mais detalhes acesse o relatório na íntegra <https://goo.gl/s8icFm>

² Doutor em Geografia pela Universidade Federal da Grande Dourados. Professor Voluntário na Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Diretor do Departamento de Inovação, Ciência e Tecnologia, na Prefeitura de Três Lagoas.

productive restructuring emphasizing the general points of overvaluation and subsequent devaluation of commodities in the first two decades of the century.

Keywords: Latin America, Geoeconomics, Challenges, Economic Geography, Geopolitics

Organismos multilaterais na América Latina

Nos estudos de relações internacionais surgem como temas centrais as questões atreladas as relações sociais, econômicas e políticas entre os Estados Nações cujos seus reflexos são, em larga medida, transfronteiriços. Emergem nessa equação como os principais *players* internacionais os atores a seguir: os Estados, as empresas transnacionais e os organismos multilaterais. Com isso em mente, apresentaremos breves considerações sobre o contexto geoeconômico da América Latina do século XXI perpassando temas centrais dos organismos internacionais, entendidos aqui, como instituições regionais globais fundamentadoras de estratégias basilares nas relações exteriores por meio de acordos, tratados e convenções entre os Estados Nações, corporações.

Para este exercício, do ponto de vista teórico, concordamos com Hodgson (2006) que as instituições regulam a vida social, política e econômica da sociedade, em outras palavras, elas instituem as regras do jogo. As [...] *Institutions are the kinds of structures that matter most in the social realm: they make up the stuff of social life [...] (p.2)*³. Trazendo para nossa análise empírica, os organismos multilaterais são instituições que consolidam as estratégias políticas e econômicas dos países em agendas comum, ou não. Para contextualizar neste artigo utilizaremos a América do Sul, como exemplo, ressaltando alguns dos aspectos dos seus organismos multilaterais.

Durante as duas últimas décadas do século XX, 1980 e 1990, A América do Sul reunia índices de baixo crescimento, altas taxas de desemprego e elevada exclusão social. Esse painel, foi agudizado após novembro de 1989, em decorrência das medidas implementadas no receituário do Consenso de Washington que permitiu a ascensão de uma onda neoliberal nos *players* latino americanos (EGLER, 2008).

Podemos elencar alguns organismos multilaterais desse período como ALCA – Área de Livre Comércio das Américas (1994), O NAFTA - *North American Free Trade Agreement* (Tratado Norte-Americano de Livre Comércio), o CAFTA-RD - *Central America Free Trade Agreement and Dominican Republic* (Tratado de Livre Comércio entre Estados Unidos, América Central e República Dominicana) que apresentavam como características comuns a elevação das taxas de juros, exploração da mão-de-obra dos países vizinhos, privatização e serviços públicos e seriam as macrometas de desenvolvimento estabelecidas pelo FMI a serem alcançadas pelas nações latino americanas, e, evidentemente monitoradas pela potência hegemônica estadunidense (EGLER, 2009).

Entretanto, na primeira década do século XXI, vimos uma frenagem do galope do ideário neoliberal no espaço sul-americano com a eleição de governos que em suas gestões o aparato do Estado possuía uma maior

³ [...] As instituições são os tipos de estruturas que mais importam no âmbito social: constituem o material da vida social [...] (p.2). Tradução livre, do autor

orientação social na implementação de políticas públicas, sobretudo no período entre 2002-2014, *ad exemplum*, Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010) e Dilma Rousseff (2011-2016) no Brasil; na Venezuela com Hugo Chávez (1999-2013); Néstor Kirchner (2003-2007) e Cristina Kirchner (2007-2015) na Argentina; na Bolívia com Evo Morales desde 2006, que inclusive, já existe o sinal negativo em relação a continuidade da gestão partir de 2019, ano que os bolivianos irão às urnas.

Mas antes de tratar da interrupção dos governos de “esquerda”, algo recente na política internacional, vejamos qual o efeito do movimento à revelia ao modelo neoliberal no início do século XXI. Tal conjuntura geopolítica promoveu uma reestruturação produtiva nas principais economias do continente, consolidando um período de bonança, caracterizado principalmente pela alta dos preços das *commodities* que permitiu, entre 2002-2012, o crescimento do PIB da América Latina em 4% segundo dados da CEPAL - Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL, 2013).

O saldo positivo nos índices de desenvolvimento econômico, permitiu um redesenho geoeconômico e geopolítico na América Latina, uma vez que o período coincidia, com um novo jogo internacional multipolarizado, diferente do modelo bipolar das relações exteriores durante a Guerra Fria (PECEQUILO, 2013). Desse modo, o novo panorama global esboçado no início do século trouxe à mesa novos acordos, tratados e convenções internacionais necessários para atender os novos arranjos cooperativos internacionais na América do Sul, esse padrão de relações entre os Estados Nações do continente, e, no Hemisfério Sul ficou conhecido como relações Sul-Sul.

Aliás, no debate sobre os organismos multilaterais Sul-Sul desse período de bonança dos países sul-americanos, não esqueçamos o Mercosul, criado em 1991, nesse contexto ganhou mais representatividade e foi retomado com destaque para fortalecer a integração regional na América do Sul, e, até mesmo serviu de alinhamento político-ideológico dos governos dos países participantes. Os acordos fitossanitários, cooperação econômica, diversificação dos investimentos entraram nas agendas dos países do bloco garantindo o mínimo de integração regional.

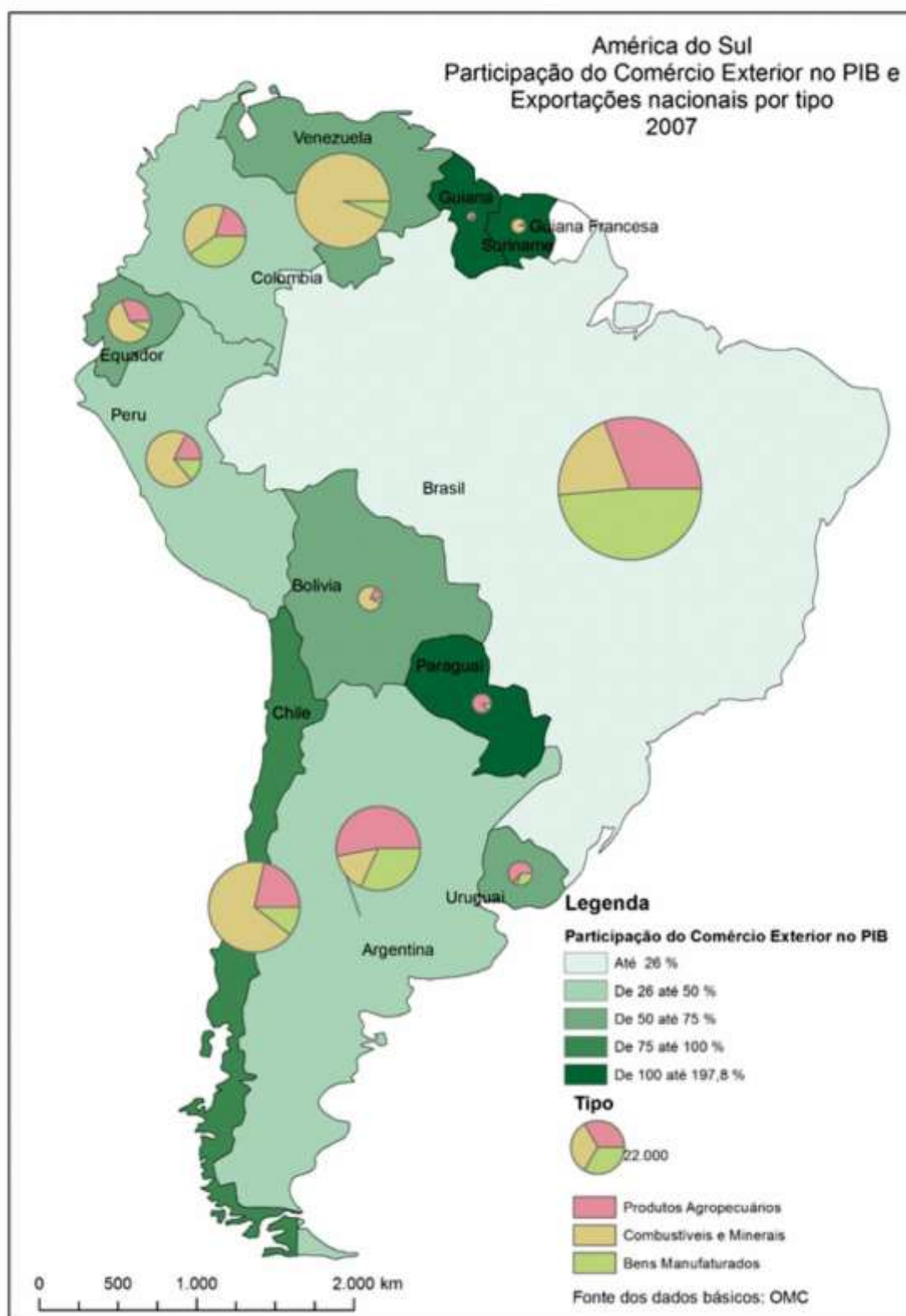
Em termos explicativos, as novas cooperações alimentaram o surgimento tanto de novos organismos multilaterais, quanto o fortalecimento novas de iniciativas de projetos de integração regional na América Latina. Podemos elencar nesse viés a IIRSA – Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana, que visava a integração física dos países, modernizando a infraestrutura de transporte, energia e telecomunicações, mediante ações internacionais/regionais conjuntas; a UNASUL - União das Nações Sul Americanas para citar algumas dessas iniciativas multilaterais.

Portanto, houve um rearranjo geoeconômico e geopolítico no espaço sul-americano, e, somado a esse aspecto, a entrada dos produtos dos países da América do Sul nos mercados asiáticos foi decisiva. Em virtude do peso da elevação dos preços das *commodities* agrícolas e minerais nos mercados internacionais, tal prerrogativa surtiu como um efeito dominó aumentando os investimentos externos no espaço latino americano, mesmo após a crise econômica de 2008.

Em uma análise geoeconômica realizada por Egler (2009b), pode-se verificar essa questão debatida termos de produção de *commodities* na

América do Sul. Em 2007, a participação das exportações no PIB de cada país sul-americano variava entre 26% a 197%. Países como Guiana, Guiana Francesa, Venezuela e Paraguai detinham a composição das exportações no PIB, que atingiam cerca de 75% de *commodities* agrícolas e minerais.

A produção de *tradables* no Brasil representava cerca de 26% de peso das exportações no PIB, enquanto na Bolívia e na Colômbia, esse índice ultrapassava os 50%. Nesses últimos dois países, os produtos exportados eram, principalmente, hidrocarbonetos. Por outro lado, no Brasil, além de petróleo, outras *commodities* agrícolas e minerais davam início a seu ciclo de expansão, encontrando seu auge em 2010 (Mapa 1)



Fonte: EGLER, 2009.

(Re)elaboração: RIBEIRO SILVA, C. H., 2015.

Mapa 1: Participação do comércio exterior no PIB da América Latina – 2007.

Mais recentemente, a criação de uma agenda comum entre os países que buscaram se fortalecer em um novo padrão relações Sul-Sul, pôde ser consubstanciada com a arregimentação dos países do BRICS aliança realizada entre Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul. Cinco dos principais países de industrialização tardia que na virada do século XXI, conseguiram uma industrialização proeminente nos espaços regionais globais (AMSDEN, 2001). Os BRICS, que respondiam por 9% do PIB mundial, em 2009, após a junção do bloco a participação do grupo passou para 14%. Em 2010, o PIB conjunto dos cinco países totalizou US\$ 11 trilhões ou 18% da economia mundial (BRASIL, 2016).

Além de estabelecerem estratégias para melhorar a sua representatividade dos respectivos países, em prol da democratização da governança internacional. Firmaram uma nova estrutura multipolar do capitalismo contemporâneo, inclusive, com reivindicações diretas para o conselho de segurança da ONU. Múltiplas demandas protagonizam como questões centrais na condução do desenvolvimento dos Estados Nações do bloco, por exemplo [...] Cinco anos após a primeira Cúpula, em 2009, as atividades intra-BRICS já abrangem cerca de 30 áreas, como agricultura, ciência e tecnologia, cultura, espaço exterior, *think tanks*, governança e segurança da Internet, previdência social, propriedade intelectual, saúde, turismo, entre outras [...] (BRASIL, 2017).

A arquitetura do BRICS foi realizada em um momento que a economia internacional apresentou o seu principal aspecto que marcou a primeira década do século XXI, cuja demanda chinesa intensificou o processo de valorização dos preços das *commodities* e os economistas intitularam o período de superciclo “[...] *a rare period of higher costs underpinned on the demand side by the industrialization and urbanization of emerging countries, notably China, and on the supply side by years of under investment during the 1980s and 1990s* [...] (BLAS, 2012, p.1)⁴

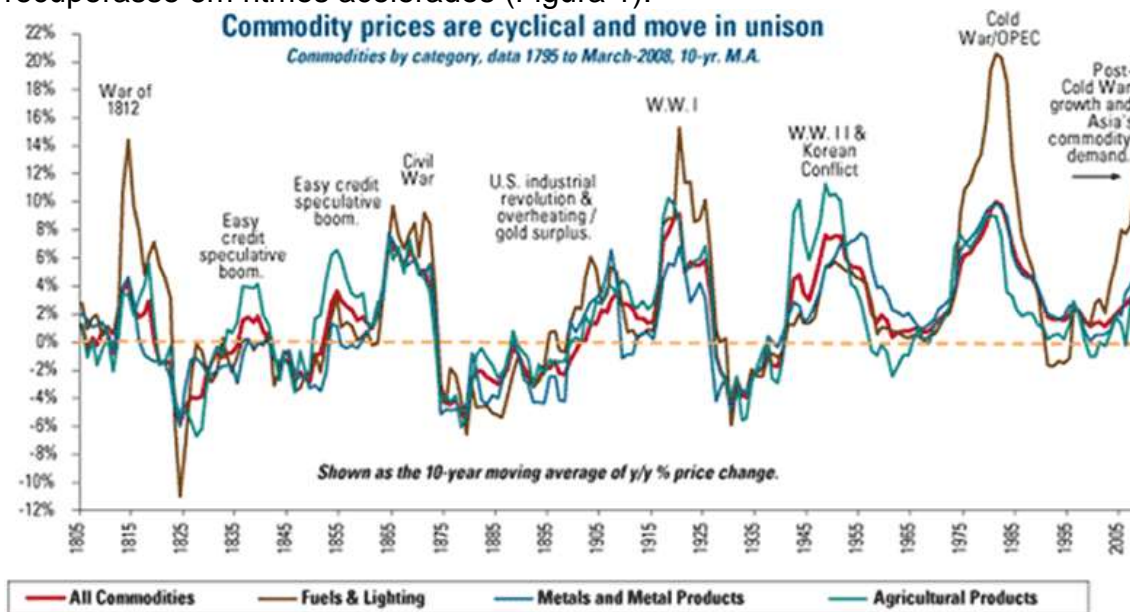
Diante desse contexto geoeconômico, os mercados internacionais sobretudo os emergentes, continuaram a impulsionar suas *global commodities chains* (cadeias globais de *commodities*) em direção ao Sudeste asiático, já que se esperava um “transbordamento regional do superciclo de desenvolvimento” no qual a Índia e Indonésia seguiriam a mesma trajetória de desenvolvimento industrial chinês. O superciclo promoveu, na virada do século, uma valorização das *commodities* jamais vista durante o século passado.

Para exemplificarmos melhor, durante cem anos (1905-2005) o índice de preços de *commodities*, desenvolvido pelo Instituto Global Mckinsey que inclui 4 subgrupos: Energia, Alimentos, Commodities Agrícolas e Minerais, declinou 50% em termos reais em decorrência do aprimoramento técnico da indústria e menor demanda dos países desenvolvidos por produtos básicos (LAZZARINI; JANK; INOUE, 2013).

No início dos anos 2000, a combinação do progresso tecnológico, aprimoramento dos meios de transporte, a rápida urbanização e industrialização dos países de industrialização tardia impulsionaram o índice de preços das *commodities* em 177%. Nessa conta, coloquemos o crescimento

⁴ [...] um período raro de custos mais elevados suportados pelo lado da procura pela industrialização e urbanização dos países emergentes, nomeadamente a China e do lado da oferta por anos de investimento durante as décadas de 1980 e 1990 [...] (BLAS, 2012, p.1)
Tradução livre, do autor.

econômico dos países do BRICS, isso permitiu que o índice de preços das commodities que detinha cem anos de depreciação marcados principalmente pela crise de 1929, duas guerras mundiais e a crise do petróleo em 1970, se recuperasse em ritmos acelerados (Figura 1).



Source: Stifel Nicolaus & Co., Stifel Nicolaus format, data Historical Statistics of the United States, a U.S. Census publication, EIA, USDA. 2008E data point incorporated into the last 10-year moving average was March-2008 over March-2007.

Figura 1: Superciclo de commodities de 1805 a 2005.

Para sermos exatos, essa fase do superciclo, ficou caracterizada, sobretudo, entre os anos de 2002 e 2012, período em que os índices de crescimento da China eram de sobremaneira altos. Porém, adicionado os efeitos da crise financeira global de 2008, o superciclo de commodities começa em 2011 dar sinais que estava entrando em declínio atingindo 150% dos preços do século passado (FMI, 2013; BLAS, 2012). Embora, com a retração dos preços das commodities eles continuavam, em 2014, a 160% acima do que estava na deflagração da crise.

O minério de ferro é um exemplo que podemos utilizar, segundo os índices de preços de McKinsey, a tonelada era cotada por volta de 84,14 dólares em 2013, durante o superciclo (2002-2012) era vendido por US\$ 200/Tonelada. Valor muito maior do que era comercializado no período pré-superciclo que girava em torno de 15 a 20 dólares americanos (BLAS, 2012; BLACK, 2014). Ou seja, o superciclo não se findou como muitos economistas deram a sentença, ao contrário, ele continua a ritmos mais lentos inclusive, os estudos de Dobbs et. al. (2013) e Alston; Babcock e Padey (2010) atribui-se a essa questão dos preços das commodities que continuarão altos e voláteis por mais 20 anos (Figura 2).

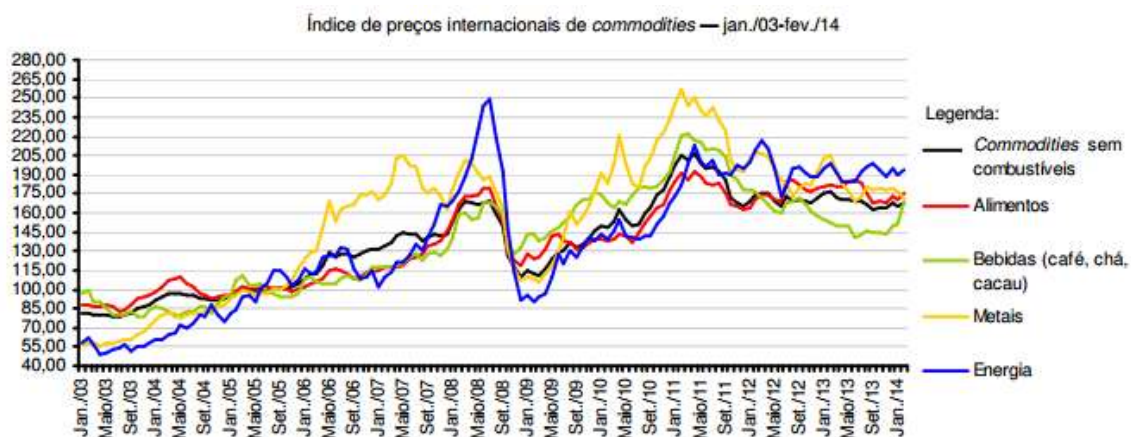


Figura 2: Superciclo de commodities (2003-2014)

Fonte: Black, 2014.

Essa volatilidade é classificada em duas situações uma de curto prazo: orientada pelas questões de desastres naturais como chuvas torrenciais causadoras de inundações e tornados, secas intermitentes como aconteceu no Sudeste do Brasil em 2015 que elevou os custos do Etanol em 20%, greves trabalhistas, e ainda restrições de exportações, como por exemplo a barreira tarifária US\$ 0,54 por galão (3,78 litros) para entrada de Etanol brasileiro nos EUA e até conflitos militares em zonas petrolíferas.

Numa outra vertente, a volatilidade de longo prazo, relacionada ao abastecimento de novos mercados internacionais na qual há dificuldade de atender a demanda por dificuldades de acesso a novas técnicas exploração de petróleo em águas profundas; a exploração jazidas de minério de ferro em regiões de comunidades tradicionais e/ou expansão de monocultivos frente a pressão de movimentos sociais servem de exemplo do quesito associado a volatilidade de longo prazo

Porém, em 2013, a montanha russa os preços das *commodities* iniciaram uma vertiginosa queda levando um solavanco das economias latino americanas que tinham centrado sua estratégia desenvolvimentista lastreadas nos *tradables* (RIBEIRO SILVA, 2016a). Para termos uma ideia do descarrilamento dos preços, a queda dos preços de minério de ferro e ferro gusa entre 2011 e 2015 registrou a marca de 50% em média segundo a CEPAL. Isso significa que Brasil, Venezuela e outros sentiram o peso da crise econômica global e o declínio dos preços das *commodities* (petróleo, minério de ferro, gás e carvão) e amargaram uma recessão de 0,3% em 2016 segundo dados do FMI.

Os EUA e sua exploração de petróleo de xisto deu uma nova roupagem geoeconômica e geopolítica para os preços do barril de petróleo, somasse ainda, o enfraquecimento do poder econômico chinês fez com o que a descida da montanha russa de preços das *commodities* (agrícolas, minerais e de energia) fosse bem mais rápida do que se esperava.

Contudo é preciso cautela em analisar o complexo contextos dos organismos multilaterais na América Latina, face os contornos do desenvolvimento econômico experienciado por esses países. O exercício é peculiar e interessante: Há de reconhecer a existência de duas dimensões basilares na confecção dos organismos multilaterais e da compreensão do

crescimento econômico no início do séc. XXI: uma dimensão geoeconômica e outra geopolítica.

Começamos a explicar pela dimensão geopolítica, após a diminuição do poder hegemônico dos EUA sob a América do Sul, justo pela ascensão de governos de cunho social, e, a consequente rejeição aos receituários de Washington houve o devido impulso para a formatação de um bloco multilateral com instituições e Estados Nações latino americanas orientadas a cooperação econômica e estratégica. Além disso, geopolítica manifesta-se nas evidentes políticas de atuação dos Estados-nações, precisamente na consolidação de pactos de poder regionais, acesso a mercados estratégicos de fornecimento de insumos tecnológicos ou de matérias-primas, poder bélico, acordos bilaterais e soberania nacional.

Já a dimensão geoeconômica, vale lembrar que não está dissociada da geopolítica, uma vez que as parcerias com os mercados asiáticos, sobretudo a chinesa, estimulou o desenvolvimento e investimento de setores como energia, *commodities*, telecomunicações, transporte e logística.

Ainda no campo da nossa abordagem geoeconômica sobre a produção e extração de *commodities*, isto é, na alçada que envolve o controle tático dos recursos e das redes presentes no território de cada Estado-Nação, resta saber se para a próxima subida de preços dos *tradables*, estimada para 2022, os países de industrialização tardia estarão organizados para os velhos/novos desafios colocados para o crescimento econômico no mundo como energias renováveis, crise climática, superpopulação nas metrópoles globais.

Uma vez que a estratégia firmada nas parcerias internacionais, as possibilidades de complementaridade produtiva dos países, advindas dos acordos bilaterais e multilaterais foram táticas, e, do ponto de vista territorial, impôs uma nova lógica desenvolvimentista centrada no poder geoeconômico oferecido após as alianças regionais internacionais. Nessa equação, as agremiações multilaterais como BRICS consolidaram a estratégia Sul-Sul distanciando o foco produtivo do centro dinâmico da economia globalizada, representado pelo Estados Unidos.

Podemos ainda citar aqui nesse exercício de identificar os organismos multilaterais, cujos países industrialização tardia, compõem uma agenda em comum, a iniciativa do G-20 comercial criado em 2003 e fomentado dentro de uma expertise para negociações multilaterais junto à OMC – Organização Mundial do Comércio. Nesse grupo, os BRICS – Brasil; China; Rússia; Índia e África do Sul são detentores de uma estratégia particular entre os países emergentes, com objetivos bem definidos em termos de governança global.

De todo modo, o resultado da articulação destas duas esferas (geopolítica e geoeconômica), fez com que os países de industrialização tardia erigissem uma estrutura multipolarizada consolidada em blocos regionais como Mercosul e outras iniciativas de integração regional, bem como a arregimentação do BRICS e os inúmeros acordos e certames já realizados até agora.

A inquietação que precisa ser decantada nesse momento é saber se as medidas tomadas até aqui, pelo Brasil e demais países da América Latina, no sentido de integração regional e cooperação internacional não serão neutralizadas. Já que há uma revisita ao modelo neoliberal, cujo capitalismo de Estado, conhecido no Brasil como corrente neodesenvolvimentista, tem sido desconstruído por vieses analíticos partidários que discordam dos grandes

investimentos do Estado na economia, por exemplo, setores como energia, obras de infraestrutura.

O alerta amarelo foi dado, haja vista que esses investimentos, em países agroexportadores como o Brasil e outros da América do Sul são essenciais para a retomada do crescimento/desenvolvimento. Fazer esse esforço de uma década e meia (2000-2015), e, debandar para um viés neoliberal, pode ter efeitos contundentes seja na integração regional latino-americana ou nas economias desses países. É um desafio geopolítico, mas, sem dúvida diz respeito aos desafios geoeconômicos do século XXI.

REFERENCIAS

ALSTON; J. M.; BABCOCK, B. A. E PADEY, P. (2010): Shifting Patterns of Global Agricultural Productivity: Synthesis and Conclusion In: **The Shifting Patterns of Agricultural Production and Productivity Worldwide**. The Midwest Agribusiness Trade Research and Information Center, MATRIC: Iowa State University, Ames, Iowa. p. 449-512.

AMSDEN. A. (2009): **A ascensão do “resto”**: os desafios ao ocidente de economias com industrialização tardia. São Paulo: Unesp

BLAS, J. (2012): Supercycle runs out of steam—for now. In: **Financial Times**.. 3p.

BLACK, C. (2014): O superciclo dos preços das commodities desacelerou ou está diante do fim? In: **Carta de conjuntura**, ano 23, nº4, 2p. <https://goo.gl/d9ZrnG>

BRASIL, (2017): **Ministério das Relações Exteriores**, <http://www.itamaraty.gov.br/> [acessado em 09/02/2017].

CEPAL, (2013): **Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe**, Balanço.

DOBBS, R.; OPPENHEIM, J.; THOMPSON, F.; MARRELS, S.; NYQUIST S. SANGHVI, S. (September 2013): **Resource Revolution: Tracking global commodity markets**. MGI: Washington: DC,.

EGLER, C. A. G. (2008): As Américas: singularidades de um continente plural. In: M. P. Oliveira; M. C. N. Coelho; A. M. Corrêa (Eds.); **O Brasil, a América Latina e o Mundo: espacialidades contemporâneas**. v. I, p.142 – 167. Rio de Janeiro: Lamparina.

_____. (2009): Crise e Integração Regional na América do Sul. In: F. Mendonça; C. L. Lowen-Sahr; M. Silva (Eds.); **Espaço e tempo. Complexidade e desafios do pensar e do fazer geográfico**. p.661–673. Curitiba, PR: ADEMADAN.

FMI, (2012): **Fundo Monetário Internacional**. Balanço global 2012. [acessado em 09/02/2017].

HODGSON, G. M. (2006): **What Are Institutions?** Journal of Economic Issues, v. 40, n. 1, p. 1–576.

LAZZARINI, S. C.; JANK, M. S.; INOUE, C. F. K. (2013): *Commodities* no Brasil: maldição ou benção In: Bacha, E.; Bolle, M. B., **O futuro da indústria no Brasil: desindustrialização em debate**. (Org.) Rio de Janeiro: Civilização Brasileira,.

PECEQUILO, C. S. (2013): A América do Sul como espaço geopolítico e geoeconômico: o Brasil, os Estados Unidos e a China. In: **Carta Internacional** (USP), v. 8, p. 100-115.

RIBEIRO SILVA, C. H. (2016a): Política Industrial Brasileira e a Industrialização de Mato Grosso do Sul no Século XXI. Tese (**Doutorado em Geografia**) UFGD – Universidade Federal da Grande Dourados. 278p.

_____. (2016b): Reflexões sobre a geoeconomia da montanha russa dos preços das commodities. **Mundorama - Revista de Divulgação Científica em Relações Internacionais**, v. 1, p. 1-5. [acessado em 09/02/2017]. Disponível em: <https://goo.gl/CdDjtX>